

**FUNDAÇÃO CORSAN – DOS
FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA
RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN**

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN

**Demonstrações Contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

Conteúdo	Páginas
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	3
Demonstrações contábeis	
Balancos patrimoniais	8
Demonstração da mutação do patrimônio social	9
Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios	10
Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios.....	11
Demonstração do plano de gestão administrativa	12
Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios	13
Notas explicativas as demonstrações contábeis	14

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros de

Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43/2021) em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com

as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Privatização da Patrocinadora e continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa no. 1.2, no exercício de 2023 a patrocinadora Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan foi privatizada, deixando de ser uma empresa de economia mista. Até o encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 não haviam informações disponíveis sobre eventuais adequações futuras na estrutura operacional e estatutária, bem como sobre a continuidade operacional da Fundação Corsan. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Fundação Corsan. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 21 de março de 2024.



Luiz Fernando Silva Soares
Contador – CRCRS nº 33.964
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC RS nº 009308/F
CVM 12.220

2023

BALANÇO

PATRIMONIAL



 **FUNCORSAN**
Seu futuro mais presente.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Neste item, evidenciaremos as tabelas demonstrativas contábeis, referentes ao exercício de 2023, apresentados em moeda corrente das respectivas datas. Cabe salientar que as notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis a seguir.

Valores Expressos em R\$ Mil

I - BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO DE 2023

CONSOLIDADO

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Nota	Exercício 2023	Exercício 2022	Descrição	Nota	Exercício 2023	Exercício 2022
Ativo				Passivo			
Disponível		476	176	Exigível operacional	3.5	61.996	51.211
Realizável		2.571.530	2.146.558	Gestão Previdencial		59.240	48.091
Gestão Previdencial	4	410.296	37.536	Gestão Administrativa		1.748	2.042
Gestão Administrativa	5	4.255	3.878	Investimentos		1.008	1.078
Investimentos	6	2.156.979	2.105.144	Exigível contingencial	7	56.028	121.831
Títulos Públicos	6.3	1.310.028	1.217.301	Gestão Previdencial		31.759	32.797
Fundos de Investimentos	6.5	708.444	758.695	Gestão Administrativa		344	329
Investimentos Imobiliários	6.6	89.113	77.293	Investimentos		23.925	88.705
Empréstimos e Financiamentos	6.7	27.707	32.558	Patrimônio Social		2.454.480	1.974.261
Depósitos Judiciais/Recursais	6.8	3.300	1.584	Patrimônio de Cobertura do Plano	8	2.439.780	1.961.183
Recursos a Receber - Precatórios	6.9	18.387	17.713	Provisões Matemáticas	8.1	2.594.173	2.176.284
Imobilizado e Intangível	3.4	498	569	Benefícios Concedidos	8.1.1	2.277.350	2.135.047
Imobilizado		274	342	Benefícios a conceder	8.1.2	703.759	957.392
Intangível		224	227	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	8.1.3	(386.936)	(916.155)
				Equilíbrio Técnico	8.2	(154.393)	(215.101)
				Resultados Realizados		(154.393)	(215.101)
				(-) Déficit Técnico Acumulado		(154.393)	(215.101)
				Fundos	9	14.700	13.078
				Fundos Administrativos		14.387	12.698
				Fundos para Garantia das operações com participantes		313	380
Total do Ativo		2.572.504	2.147.303	Total do Passivo		2.572.504	2.147.303

Homero José Batista
Diretor Superintendente
CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt
Diretor de Previdência
CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio
Contador
CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 653.122.870-91

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS EM DEZEMBRO DE 2023

CONSOLIDADO

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Exercício	Exercício	Varição
	2023	2022	(%)
A) Patrimônio Social - Início do exercício	1.974.261	1.913.654	3,2
1. Adições	822.399	344.318	138,8
(+) Contribuições Previdenciais	539.031	142.936	277,1
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	266.682	187.118	42,5
(+) Receitas Administrativas	15.440	13.122	17,7
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.246	1.014	22,9
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	-	128	(100,00)
2. Deduções	(342.180)	(283.711)	20,61
(-) Benefícios	(246.548)	(227.637)	8,31
(-) Resgates	(75.050)	(16.872)	344,82
(-) Portabilidade	(3.037)	(58)	5.136,21
(-) Perdas Estimadas	-	(9)	(100,00)
(-) Outras Destinações	(850)	(714)	19,05
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(20.010)	(100,00)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.631)	(6.095)	(73,24)
(-) Despesas Administrativas	(14.759)	(12.214)	20,84
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa.	-	(36)	(100,00)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(238)	(66)	260,61
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(67)	-	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	480.219	60.607	692,35
(+/-) Provisões Matemáticas	417.889	(546.383)	(864,83)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	60.708	605.042	(89,96)
(+/-) Fundos Administrativos	1.689	1.820	(7,20)
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(67)	128	(152,34)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.454.480	1.974.261	24,32

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DMALPB - EM DEZEMBRO DE 2023

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 48.306.597/0001-23

Descrição	Exercício 2023	Exercício 2022	Varição (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.961.183	1.902.524	6,49
1. Adições	812.018	316.763	156,35
(+) Contribuições	545.336	149.656	264,39
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	266.682	167.107	59,59
2. Destinações	(333.421)	(258.104)	29,18
(-) Benefícios	(246.548)	(227.636)	8,31
(-) Resgates	(75.050)	(16.872)	344,82
(-) Portabilidade	(3.037)	(58)	5.136,21
(-) Provisão para Perdas	-	(9)	(100,00)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.631)	(6.095)	(73,24)
(-) Custeio Administrativo	(6.305)	(6.720)	(6,18)
(-) Outras Destinações	(850)	(714)	19,05
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	478.597	58.659	715,90
(+/-) Provisões Matemáticas	417.889	(546.383)	(176,48)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	60.708	605.042	(89,97)
B) Ativo Líquido - final do Exercício (A+3)	2.439.780	1.961.183	27,71
C) Fundos não Previdenciais	1.756	1.948	(9,86)
(+/-) Fundos Administrativos	1.689	1.820	(7,20)
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	67	128	(47,66)

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DALPB EM DEZEMBRO DE 2023

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 48.306.597/0001-23

Descrição	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação (%)
1. Ativos	2.569.634	2.144.930	19,80
Disponível	445	142	213,38
Recebível	423.907	50.233	743,88
Investimentos	2.145.282	2.094.555	2,42
Títulos Públicos	1.310.028	1.217.301	7,62
Fundos de Investimentos	696.747	748.106	(6,87)
Investimentos em Imóveis	89.113	77.293	15,29
Operações com Participantes	27.707	32.558	(14,90)
Depósitos Judiciais/Recurais	3.300	1.584	108,33
Recursos a Receber - Precatórios	18.387	17.713	3,81
2. Obrigações	(121.930)	(170.669)	(28,56)
Operacional	(66.246)	(49.167)	34,74
Contingencial	(55.684)	(121.502)	(54,17)
3. Fundos não Previdenciais	(13.924)	(13.078)	6,47
Fundos Administrativos	(13.611)	(12.698)	7,19
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	(313)	(380)	(17,63)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.439.780	1.961.183	24,40
Provisões Matemáticas	2.594.173	2.176.284	19,20
Superávit/Déficit Técnico	(154.393)	(215.101)	(28,22)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(154.393)	(215.101)	(28,22)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	210.956	208.231	1,31
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	56.563	(6.870)	(923,33)

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA EM DEZEMBRO DE 2023

CONSOLIDADO

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	12.698	10.878	16,73
1. Custeio da Gestão Administrativa	16.686	14.100	18,34
1.1 Receitas	16.686	14.100	18,34
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.305	6.720	(6,18)
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.329	5.434	16,47
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	806	968	(16,74)
Receitas Diretas	2.000	-	100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.246	978	27,40
2. Despesas Administrativas	(14.759)	(12.214)	20,84
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(14.759)	(12.214)	20,84
Pessoal e Encargos	(9.816)	(7.824)	25,46
Treinamentos / Congressos e Seminários	(41)	(43)	(4,65)
Viagens e Estadias	(22)	(7)	214,29
Serviços de Terceiros	(3.402)	(2.946)	15,48
Despesas Gerais	(1.025)	(1.047)	(2,10)
Depreciações e Amortizações	(213)	(227)	(6,17)
Tributos	(240)	(120)	100,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(238)	(66)	260,61
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.689	1.820	(7,20)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.689	1.820	(7,20)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	14.387	12.698	13,30

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPTP EM DEZEMBRO DE 2023

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 48.306.597/0001-23

Descrição	Exercício 2023	Exercício 2022	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.556.025	2.132.234	19,88
1. Provisões Matemáticas	2.594.173	2.176.284	19,20
1.1. Benefícios Concedidos	2.277.350	2.135.047	6,67
Benefício Definido	2.277.350	2.135.047	6,67
1.2. Benefícios a Conceder	703.759	957.392	(26,49)
Benefício Definido	703.759	957.392	(26,49)
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(386.936)	(916.155)	(57,77)
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	(386.936)	(916.155)	(57,77)
(-) Patrocinadora(s)	(59.167)	(439.705)	(86,54)
(-) Participantes	(94.499)	(203.824)	(53,64)
(-) Assistidos	(233.270)	(272.626)	(14,44)
2. Equilíbrio Técnico	(154.393)	(215.101)	(28,22)
2.1. Resultados Realizados	(154.393)	(215.101)	(28,22)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(154.393)	(215.101)	(28,22)
3. Fundos	313	380	(17,63)
3.1 Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	313	380	(17,63)
4. Exigível Operacional	60.248	49.169	22,53
4.1. Gestão Previdencial	59.240	48.091	23,18
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.008	1.078	(6,49)
5. Exigível Contingencial	55.684	121.502	28,27
5.1 Gestão Previdencial	31.759	32.797	18,26
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	23.925	88.705	32,42

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

**FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO –
CORSAN**

CNPJ: 89.176.911/0001-88

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2023 (EM MILHARES DE REAIS)**

As notas explicativas auxiliam a compreensão e a interpretação da situação patrimonial e das transações da Entidade, subsidiam a avaliação do desempenho da gestão e detalham outros fatos considerados relevantes.

As notas explicativas a seguir são apresentadas em forma de texto, gráficos, quadros de detalhamento ou ainda outras demonstrações contábeis, considerando informações de natureza financeira, econômica e atuarial, entre outras.

1. A FUNDAÇÃO CORSAN E SUAS ATIVIDADES

1.1. Estrutura jurídica e objetivos

A Funcorsan fundamenta-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos com caracterização jurídica de Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocínada, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan e autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1979, iniciando suas atividades em 1º de junho de 1980.

Estatutariamente, seus objetivos consistem em administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária.

1.2. Privatização da Patrocinadora e o Contexto Legal

O regime de previdência complementar fechado tem nas Leis Complementares 108 e 109 de 29 de maio de 2001 sua principal legislação. A Lei Complementar n.º 108/2001 dispõe sobre a relação dos órgãos públicos de todas as esferas - Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal - com suas entidades fechadas de previdência complementar, enquanto a Lei Complementar n.º 109/2001 trata das regras gerais tanto para

previdência complementar aberta quanto fechada, regulamentando o art. 202 da Constituição Federal. Ambas as legislações estabelecem normas e diretrizes para a organização e funcionamento dessas entidades, visando garantir a segurança e a solidez dos planos de previdência complementar oferecidos aos participantes.

No exercício de 2023, ocorreu a privatização da Patrocinadora Corsan, com a transferência do controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul para o Consórcio AEGEA, formado pela AEGEA Saneamento e pelos fundos administrados por Perfin e Kinea. Com a privatização, haverá uma modificação na regulação jurídica da Fundação, que deixará de ser regida pela Lei Complementar 108/2001, passando a ser regulada exclusivamente pela Lei Complementar nº 109/2001 e legislações complementares.

O processo de transição do enquadramento da Lei Complementar 108/2001 para a Lei Complementar 109 deverá ser concluído no exercício de 2024. Essa alteração terá validade a partir da autorização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

A mudança decorrente da privatização da Corsan na relação regulatória não afeta a apresentação das demonstrações contábeis e nem os compromissos da Patrocinadora em relação ao Plano de Benefícios.

1.3. Plano de Benefícios

A Funcorsan administra o Plano de Benefícios Definido BD nº 001, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da Previc sob o número 19.790.038-74.

Em 10/07/2023, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a autorização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria PREVIC nº 574, de 05 de julho de 2023, aprovando as alterações propostas ao Regulamento do Plano de Benefícios BD nº 001. As alterações regulamentares aprovadas visavam à efetivação de um Plano de Equacionamento do Déficit Técnico, referente ao resultado apurado pelo Plano de Benefícios no encerramento do exercício de 2021 (PED 2021). Dentre os ajustes da alteração do Regulamento, está o fechamento do Plano de Benefícios BD nº 001 para a entrada de novos participantes a partir de sua publicação.

1.4. CNPJ por Plano de Benefícios

A Fundação Corsan possui um plano de benefícios e está em conformidade com a legislações vigentes, a segregação patrimonial real demandada pela implantação do CNPJ por plano já era realizada. O cadastro, do novo CNPJ – 48.306.597/0001-23, foi realizado sobre os investimentos, vinculado ao CNPB do plano de benefícios existentes, e o CNPJ – 89.176.911/0001-88 permaneceu para Entidade Fundação Corsan administradora de planos de benefícios, em conformidade a legislação que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

De acordo com o § 1º, art. 5º, da resolução CNPC nº 46/2021, o CNPJ não confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios, e, portanto, as obrigações acessórias estarão concentradas no CNPJ da entidade. Mantendo assim, de forma similar, aos processos que já seguimos praticando.

1.5. Fontes de recursos

Para a consecução dos seus objetivos, a Funcorsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição mensal de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, Corsan e Fundação Corsan, mediante o recolhimento de percentuais de suas folhas de remuneração;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

1.6. Destinação dos recursos

Os benefícios, com base no Regulamento do Plano, são calculados de acordo com as Notas Técnicas Atuariais emitidas pelo atuário responsável, ao qual também competem os cálculos e estudos atuariais, perante a massa de participantes, aos órgãos públicos e a própria Funcorsan. O Plano de Benefícios congrega:

Plano de Benefícios Definido BD nº 001		
Participantes	2023	2022
Ativos	3.077	4.140
Assistidos	4.420	4.217
Total	7.497	8.357

O número de participantes do plano, no ano de 2023 sofreu uma variação significativa em relação ao ano de 2022, sendo que a redução no número de participantes ativos na ordem de 35% se deve ao fechamento do plano para ingresso de novos participantes, migração de ativo para a condição de assistido e a evasão do plano em decorrência do desligamento do patrocinador. Quanto ao número de assistidos, o aumento de 10% decorre da passagem de ativos para a condição de assistidos, sendo que no segundo semestre do ano houve um volume maior de concessões de benefício de aposentadoria, coincidindo com os desligamentos ocorridos no quadro de empregados da patrocinadora Corsan.

1.7. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelo Plano de Benefícios administrado pela Funcorsan foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Orçamento Anual, aprovados pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As operações administrativas são registradas conforme Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021 e Resolução PREVIC nº23, de agosto de 2023, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais, conforme os Anexos “I - Planificação Contábil Padrão” e “III - Modelos e Instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis”.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e diretas), deduzidas das despesas da administração dos planos previdenciais, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo – PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefício.

1.8. Custeio Administrativo

São os recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da Funcorsan, cujas fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição dos patrocinadores; reembolso dos

patrocinadores; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial e doações.

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, observados os regulamentos dos Planos de Benefícios e PGA, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

O limite anual de destinação de recursos dos planos de benefícios ao PGA, estabelecido na Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, a ser deliberado pelo Conselho Deliberativo da Entidade é um entre os seguintes: Taxa de Administração de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios – RGPB ou Taxa de Carregamento de até 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.

O Conselho Deliberativo da Funcorsan estabeleceu como limite para o exercício de 2023, o 1º limitador – Taxa de Administração - fixando em 0,61% o limite percentual incidente sobre os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas do Plano de Benefícios BD 001.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Apresentação

A forma de apresentação das Demonstrações Contábeis e as normas para registro das operações da Funcorsan são determinadas pelas seguintes legislações:

- Resolução PREVIC nº23, de agosto de 2023;
- Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018;
- Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto 2021;
- Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e alterações posteriores;
- Pronunciamentos Técnicos, Instruções e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - quando aplicável.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- I. **Balço Patrimonial (BP):** Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Funcorsan, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.
- II. **Demonstração da Mutaço do Patrimônio Social – DMPS:** é uma demonstração consolidada e destina-se a evidenciar as mutaço dos componentes do Patrimônio Social, no exercício a que se referir e discriminam os recursos, adiço e deduço, que contribuiram para o seu aumento ou diminuço, e saldos dos grupos de contas do Patrimônio Social.
- III. **Demonstração da Mutaço do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMALPB:** Esse demonstrativo apresenta a mutaço do Plano de Benefício da Funcorsan, sem a participação do Plano de Gestão Administrativa – PGA. O ativo líquido apresentado no início e no fim do exercício representa o valor do patrimônio de cobertura do plano apresentado no Balço. O DMALPB destina-se a evidenciar a composiço dos elementos que provocaram as alteraço ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios.
- IV. **Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB:** Esse demonstrativo apresenta a destinaço do patrimônio social do ativo, demonstrando a composiço do ativo líquido após o abatimento das obrigaço. O ativo líquido de um plano de benefícios é o valor resultante da subtraço do ativo total menos o passivo e fundos não previdenciais. Sua apuraço tem como objetivo possibilitar a avaliaço do grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões (reservas) matemáticas, fundos previdenciais e pelo ativo líquido. As informações complementares correspondem ao ajuste de precificaço positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real, utilizada na respectiva avaliaço atuarial, e o valor contábil desses títulos, observando a legislaço vigente. O valor apresentado como Equilíbrio Técnico Ajustado, é o valor de referência para análise do grau de solvência e parâmetro para definiço da necessidade e valor de possível equacionamento.

- V. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado):** Apresenta de forma consolidada as contas de resultado, das movimentações da Gestão Administrativa da Entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composição dos gastos administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo e a avaliação das alterações ocorridas no Fundo Administrativo do Programa de Gestão Administrativa.
- VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP:** O demonstrativo evidencia a totalidade dos compromissos do plano de benefícios com seus participantes e assistidos, representados pelas provisões (reservas) matemáticas, a insuficiência ou excesso de recursos representado pelo equilíbrio técnico, o saldo dos fundos previdenciais, bem como as obrigações operacionais e contingenciais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A estrutura da planificação padrão contábil das Entidades Fechadas de Previdência Complementar reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observa as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, de tal maneira que proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade ao item 63 da NBC TG 26.

A escrituração contábil dos Planos de Benefícios é inteiramente segregada, permitindo a apuração de resultados por Planos de Benefícios. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais de forma consolidada, por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Os principais valores ativos e passivos estão demonstrados como segue:

3.1. Apuração do Resultado:

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimentos, bem como as variações patrimoniais são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.2. Ativo disponível:

Representado pelos valores de realização. Destina-se ao registro das disponibilidades existentes em caixa e bancos.

3.3. Ativo realizável:

Composto pelas seguintes gestões:

a) Gestão Previdencial: Composta pelas contribuições do mês e pelos contratos firmados com a Patrocinadora Corsan. Representados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, diminuídos de provisão para perdas.

Adicionalmente registra os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Previdencial.

b) Gestão Administrativa: A gestão administrativa registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. Reconhece contabilmente os recursos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo previsto na avaliação atuarial, outros direitos a receber e provisões da gestão administrativa.

A apuração da participação do plano de benefício no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- i. A rentabilidade dos recursos do Fundo Administrativo aplicados, será apurada de acordo com a variação das cotas dos fundos investidos.
- ii. Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos da taxa de carregamento sobre as contribuições dos participantes e patrocinadores, e os créditos oriundos da taxa administrativa para cobertura das despesas de investimentos são reconhecidos nas Receitas Administrativas no Plano de Gestão Administrativas.

- iii. A totalidade das despesas será reconhecida na Gestão Administrativa/Despesas/Administração dos Planos Previdenciais, conforme a execução do orçamento aprovado para o exercício, deduzidas as receitas administrativas. O resultado mensal será debitado/creditado no Fundo Administrativo;
- iv. As despesas administrativas com contingências jurídicas da Gestão Administrativa serão reconhecidas e deduzidas da participação do Fundo Administrativo;
- v. As despesas administrativas específicas da gestão de investimentos serão suportadas pelo custeio administrativo dos investimentos, com custos determinados na legislação.

c) Investimentos: Composto pelas seguintes modalidades de investimentos:

I. Fundos de Investimentos: Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do Balanço, demonstrados pelo seu valor de mercado, diminuído de provisão para perdas conhecidas.

II. Investimentos Imobiliários: Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição e ajustados, anualmente, por meio de avaliações a valor de mercado, definidos nos laudos técnicos de avaliação e conforme a legislação vigente. Integram ainda os “Investimentos Imobiliários”, em conformidade com a legislação específica, os créditos decorrentes de vendas a prazo de imóveis da Funcorsan, registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e diminuídas das provisões para perdas na realização, até o valor de mercado para imóveis em discussão judicial, e pelos valores em inadimplência para os créditos que não se encontram em discussão judicial. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias em atraso, atendendo o disposto na Instrução PREVIC nº31 de 20 de agosto de 2020; Capítulo IV – Provisões para Perdas; Art. 19.

III. Operações com participantes: registrados pelo valor principal acrescido dos encargos contratuais incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, e líquidos de provisão para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos que se encontram em discussão judicial e parcelas vencidas em atraso.

IV. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD: A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto nos critérios estabelecidos no Art. 199 da Resolução Previc nº23 de 14 de agosto de 2023, consideram as avaliações da administração quanto ao risco de perda dos ativos. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Percentual de provisão	Classificação por nível de atraso
I - Provisão mínima de 1%	atraso entre 31 e 60 dias
II - Provisão mínima de 5%	atraso entre 61 e 90 dias
III - Provisão mínima de 10%	atraso entre 91 e 120 dias
IV - Provisão mínima de 25%	atraso entre 121 e 180 dias
V - Provisão mínima de 50%,	atraso entre 181 e 240 dias
VI - Provisão mínima de 75%	entre 241 e 360 dias
VII - Provisão de 100%	atraso superior a 360 dias.

3.4. Imobilizado e Intangível:

Registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do ativo Imobilizado e Intangível estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais apresentadas a seguir:

Valores Expressos em R\$ Mil

Imobilizado e Intangível	Taxa Anual Depreciação	Custo Inicial	Aquisições	Baixas	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Final 2023	Saldo Final 2022
Instalações	10%	190	0	0	190	(147)	43	56
Móveis e Utensílios	10%	190	0	(10)	180	(168)	12	16
Máquinas e Equipamentos	10%	179	0	0	179	(148)	31	41
Computadores e Periféricos	20%	791	45	(1)	835	(647)	188	229
Total Imobilizado		1.350	45	(11)	1.384	(1.110)	274	342
Software	20%	1.037	103	(67)	1.073	(849)	224	227
Total do Intangível		1.037	103	(67)	1.073	(849)	224	227
Total Imobilizado e Intangível		2.387	148	(78)	2.457	(1.959)	498	569

3.5. Passivo exigível operacional:

Representa as obrigações incorridas e contratadas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2023	2022
Gestão Previdencial	59.240	48.091
Benefícios a Pagar*	3.093	2.343
Retenções a Recolher	6.188	2.463
Outras Exigibilidades	49.959	43.285
Gestão Administrativa	1.748	2.042
Contas a Pagar	1.330	1.606
Retenções a Recolher	277	285
Outras Exigibilidades	141	151
Investimentos	1.008	1.078
Fundos de Investimento	32	34
Investimentos Imobiliários	71	112
Operações com Participantes	22	45
Outras Exigibilidades	883	887

*Benefícios a Pagar – Valor correspondente a Pecúlios a pagar que aguardam a habilitação dos beneficiários.

3.5.1. Outras exigibilidades:

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação “Outros (as)”, que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2023	2022
<u>Gestão Previdencial - Exigível</u>		
<u>Outras Exigibilidades</u>	<u>49.960</u>	<u>43.285</u>
Consignações a recolher	1.285	-
Transitória (Taxa Administrativa Previdenciária para o PGA)	205	694
Créditos a devolver	8	103
Resgate -Inscrição Cancelada Sem Rescisão	48.462	42.488

Descrição	2023	2022
<u>Gestão Administrativa - Exigível</u>		
<u>Outras Exigibilidades</u>	<u>141</u>	<u>151</u>
Farmácia	1	1
Seguro e Consignações	-	1
INSS a recolher - Terceiros	-	1
Contribuição Patrocinadora Funcorsan	103	105
Desconto empréstimos folha a repassar	9	8
Aluguel e Encargos a pagar para o Plano	28	35

Descrição	2023	2022
<u>Investimentos - Exigível</u>		
<u>Outras Exigibilidades</u>	<u>883</u>	<u>887</u>
Fornecedores Investimentos	10	7
Créditos bancários a classificar	292	343
<u>Custeio Administrativo dos Investimentos</u>	<u>581</u>	<u>537</u>
Cobertura da Gestão Administrativa dos Investimentos	533	453
Transferência Taxa Administrativa dos Empréstimos	48	84

3.5.1.1. Consignações a recolher

Os valores descontados da folha de benefícios, que foram autorizados pelos assistidos a serem repassados as entidades ou empresas designadas (associações, sindicatos, plano de saúde, etc.).

Página 25 de 51

1.1.1.1. Resgate – Inscrição Cancelada Sem Rescisão

Segregamos os valores relativos as Reservas de Poupança não resgatadas dos participantes que possuem sua inscrição cancelada junto ao plano de benefícios BD001 e continuam mantendo vínculo empregatício com a Patrocinadora. Após a segregação o registro da movimentação e a atualização dos valores, pelo índice INPC, ocorre mensalmente.

3.5.1.2. Créditos Bancários a Classificar

Os valores creditados em conta bancária sem a correspondente identificação da contraparte, são reconhecidos contabilmente na conta de Créditos a Classificar para a identificação da correspondente apropriação de receita até o final do exercício subsequente.

3.6. Exigível contingencial:

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais relativas a questões de origem Previdencial, Administrativa e de Investimentos mantidas contra a Funcorsan, podendo vir a gerar ou não o desembolso pela Entidade. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados responsáveis pelos respectivos processos.

3.7. Patrimônio de Cobertura do Plano

São recursos líquidos dos planos de benefícios, representados pelo resultado da equação contábil apurada pela diferença entre o Ativo Total e o Passivo Exigível (operacional e contingencial) e dos Fundos Previdencial, Administrativo e o de Garantia das Operações com Participantes.

3.8. Provisões Matemáticas:

Valores referentes aos compromissos previdenciários, constituído com base em Nota Técnica Atuarial, incluindo benefícios concedidos e a conceder e o Equilíbrio Técnico, com base no Plano de Benefícios da Entidade.

3.9. Fundos:

Registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade nos Fundos Administrativos e de Investimentos.

3.10. Recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA:

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na Gestão Previdencial e transferidos desta para a Gestão Administrativa para cobertura das despesas administrativas.

4. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Demonstrado da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2023	2022
Realizável - Gestão Previdencial	410.296	37.536
<u>Recursos a Receber</u>	<u>391.088</u>	<u>15.485</u>
Contribuições do mês	6.979	10.438
Contribuições em atraso	3.983	4.252
Contribuições sobre o 13º salário	141	298
Operações Contratadas – Déficit Técnico Contratado	379.259	-
Outros recursos a receber – Recuperação de Benefício	726	497
<u>Adiantamentos</u>	<u>266</u>	<u>266</u>
<u>Depósitos Judiciais/Recursais</u>	<u>18.942</u>	<u>21.785</u>

4.1. Contribuições em atraso

O montante registrado na conta provém relevantemente da realização da cobrança dos recursos necessários à Recomposição das Reservas Matemáticas de participantes que obtiveram a revisão judicial de seus benefícios, ou a inscrição de novos Beneficiários após o Participante ter entrado em gozo de Aposentadoria, conforme previsto no Regulamento do Plano de Benefícios BD nº 001 da Funcorsan.

Registramos ainda, em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a Previc em 10 de junho de 2014, o valor de R\$ 37.867 mil referente à cobrança da Patrocinadora Corsan, relativo ao equacionamento de déficit originado em 31 de dezembro de 2008, conforme disposto na Ata nº 519/2014 do Conselho Deliberativo, encaminhamento Padrão Previc nº 100/2014 e Parecer da Mirador Atuarial nº

315/2015. Ainda, efetuamos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em setembro de 2016, conforme registrado na Ata nº 680/2016 da Diretoria Executiva, a qual se encontra em cobrança da dívida via judicial. O total do valor ajuizado se encontra 100% (cem por cento) provisionado.

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2023	2022
Contribuições em Atraso	3.983	4.252
Patrocinadores	38.052	38.052
Participantes	10.670	11.800
Autopatrocinados	76	99
(-) Perdas Estimadas	(44.815)	(45.699)

4.2. Operações Contratadas

A composição dos saldos é a que segue:

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2023	2022
Déficit Técnico Contratado	379.259	-
<u>Instrumentos com Cláusulas Financeira e Atuarial</u>	<u>379.259</u>	-

4.3. Déficit Técnico Contratado

No exercício de 2023, efetuamos o reconhecimento contábil “Contrato de Equacionamento do Déficit Técnico apurado no exercício de 2021 pelo Plano BD-01”, em atendimento ao Plano de Equacionamento do Resultado Deficitário do exercício de 2021, fundamentado nas Demonstrações Atuariais, Regulamento do Plano de Benefícios BD-01, bem como Parecer Atuarial, conforme legislação vigente, Resolução CNPC Nº 42, de 6 de agosto de 2021, a Resolução CNPC nº 30/2018 e a Resolução PREVIC nº 23/2023.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os recebíveis inerentes à gestão administrativa da Entidade, tais como os decorrentes da folha de pagamento de empregados, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências do Plano de Gestão

Administrativa e a taxa de administração e carregamento, e demais direitos. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021, Resolução PREVIC nº 23/2023, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2023	2022
<u>Realizável - Gestão Administrativa</u>	<u>4.255</u>	<u>3.878</u>
Contas a receber	786	1.231
Despesas antecipadas	251	63
<u>Depósitos Judiciais/ Recursais</u>	<u>3.218</u>	<u>2.584</u>
Depósitos Judiciais Recursais	302	462
Depósitos Judiciais Pis e COFINS	2.916	2.122

A Fundação Corsan está sujeita à tributação do PIS e da COFINS, nos termos da Lei 9.718/1998. Por haver divergências da gestão quanto a incidência desta cobrança, no exercício de 2019, a entidade iniciou o depósito através da via judicial, com suporte na ação que discute a incidência de cobrança do PIS e da COFINS no custeio administrativo.

5.1. Custeio Administrativo

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas (previdencial, investimentos e diretas), pelo resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O percentual para o custeio administrativo é determinado pelo Conselho Deliberativo, com o efetivo acompanhamento realizado pelo atuário responsável pelo Plano através do Demonstrativo Atuarial, para cobertura das despesas administrativas da Entidade. De acordo com a Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021, as fontes de custeio estão determinadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O Conselho Deliberativo da Funcorsan estabeleceu como limite para o exercício de 2023, o 1º limitador – Taxa de Administração fixando em 0,61% o limite percentual incidente sobre os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas do Plano de Benefícios BD 001. Para realização das receitas administrativas definiram os percentuais para o exercício de 2023, a Taxa de Carregamento Previdencial de 6,86% sobre a base das receitas de contribuições dos Ativos e a Taxa de Administração dos Investimentos de 0,30% sobre a base dos Recursos Garantidores da Reservas Técnicas.

No exercício de 2023 o montante de recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa foi de R\$ 12.634 mil (R\$ 12.154 mil em 2022), realizando uma Taxa de Administração de 0,59% (0,60% em 2022), com as despesas sendo realizadas abaixo do limite legal de 1% sobre os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas.

5.2. Resultado dos investimentos do PGA

No exercício de 2023, a Funcorsan elaborou a Política de Investimentos do PGA, onde alocou 100% dos recursos do Fundo Administrativo em Fundos de Renda Fixa, em conjunto ao Plano de Benefícios, sendo vedada a aplicação nos segmentos de imóveis e empréstimos – na composição da carteira do PGA. As aplicações do PGA permaneceram em conjunto com as do Plano de Benefícios, segregadas por cotas de participação, sendo o controle realizado por carteiras independentes no sistema de custódia e movimentações realizadas através de contas CETIP independentes. A rentabilidade mensal para os Planos é apurada pela variação diária de cotas.

No exercício de 2023, o resultado dos investimentos alcançou a Rentabilidade Global de 11,86%, receita líquida de R\$ 1.246 mil (R\$ 978 mil em 2022), para o Programa de Gestão Administrativa, refletindo diretamente na constituição de Fundo Administrativo do Plano.

6. REALIZÁVEL – APLICAÇÕES DE INVESTIMENTOS

Os limites de investimentos da Entidade são estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, do Conselho Monetário Nacional, que consolida o Regulamento que disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Com base neste Normativo é elaborada anualmente a Política de Investimentos, que regra a gestão e alocação dos recursos da EFPC.

6.1. Rentabilidade Global

No ano de 2023, no que se refere ao desempenho dos investimentos, o Fundo Garantidor do Plano gerido pela Funcorsan atingiu o resultado em 17,20%, versus a Meta Atuarial de 8,63%.

No exercício de 2023 ocorreu o pagamento final da AÇÃO REVOCATÓRIA Proc. Nº 5040955-28-2020.8.21.0001 - MF CONFIDELITY. A Ação é relativa ao acordo realizado na audiência ocorrida em 13/04/2023, onde decidiu-se o pagamento de R\$ 45.510.443,90 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e dez mil quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos). O acordo resultou em uma reversão superior a R\$ 24.526 mil reais do montante total das contingências, extinguindo o efeito detrator que fazia parte do cálculo da rentabilidade. Dessa maneira, o acordo pôs fim ao processo citado anteriormente e a Ação Rescisória - proc. Nº5187759-80.2021.8.21.700.

Estes valores impactaram diretamente na apuração da rentabilidade da carteira de investimentos no mês de abril. Também impactaram nos valores de contingência e nos resultados apurados no exercício os valores contingenciados em decorrência de ações revisionais de empréstimos ajuizadas pelos participantes mutuários.

O fluxo dos investimentos consolidado é calculado considerando as variações positivas e negativas pelos segmentos de Renda Fixa, Multimercado, Investimento Estruturado, Imobiliário e Empréstimos inclusive Investimentos no Exterior, ao longo do ano.

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2023	2022
Fluxo de Investimentos	<u>267.927</u>	<u>168.085</u>
Rendas/Variações Positivas	382.278	306.954
Deduções/Variações Negativas	(119.988)	(107.501)
Contingências Judiciais	12.705	(24.838)
Despesas Administrativas	(7.135)	(6.402)
Fundo Administrativo de Investimentos	67	(128)

A distribuição dos investimentos é a seguinte:

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2023	2022
Títulos Públicos Federais	1.310.028	1.217.301
Ativos Financeiros de Crédito Privado	-	-
Debêntures Não Conversíveis	2.862	2.862
(-) Provisão para perdas	(2.862)	(2.862)
Fundos de Investimentos	<u>708.444</u>	<u>758.695</u>
Fundo de Renda Fixa	295.436	273.697
Fundo de Ações	46.587	121.662
Fundo Referenciado em Ações (ETF)	14.608	27.219
Fundo de Investimento em Participações - FIP	4.729	4.746
Fundo Multimercado Renda Fixa	119.564	100.633
Fundo Multimercado Estruturado	227.520	205.842
Fundo de Investimento no Exterior	-	24.896
Valores a Receber - Precatórios	<u>18.387</u>	<u>17.713</u>

6.2. Companhias Fechadas

O valor registrado em Debêntures Não Conversíveis, referem-se à aquisição de 800 debêntures emitidas em 1991, pela SDV–Administradora de Shopping Center S/A, com garantia da DHB – Indústria e Comércio S/A. Com o descumprimento dos resgates, em 2002 foi realizado o ingresso de ação judicial de cobrança, o que motivou o provisionamento para perdas em 100% do ativo.

A Funcorsan move processo Judicial contra SDV Administradora de Shopping Center S/A e DHB Indústria e Comércio (cujo valor da causa é R\$ 29.565 mil com posição em 10/04/17 - prognóstico perda possível).

Página 32 de 51

Sobreveio, no processo, a suspensão do feito, em razão da apresentação de Embargos de Terceiros opostos por Companhia Zaffari Comércio e Indústria, adquirente dos imóveis penhorados em favor da Entidade. Os referidos Embargos de Terceiro foram contestados pela Fundação em novembro/2021, e, atualmente, se encontra concluso para sentença, desde 12/09/2023.

6.3. Títulos Públicos

A partir de novembro de 2021, após verificação de capacidade operacional, iniciou-se a alocação em carteira própria de Títulos Públicos Federais (Notas do Tesouro Nacional série B) para manutenção dos mesmos até seu vencimento (MtC). O valor acumulado no ano de 2023 foi de R\$ 1.310.028 mil reais.

6.4. Fundos de Investimentos

Em dezembro de 2023, a carteira dos Fundos de Investimentos da Funcorsan estava composta da seguinte maneira: um Fundo de Renda Fixa, um Fundo Multimercado, um Fundo de Fundos (FOF), um índice de mercado (ETF), um Fundos de Ações e cotas do Empreendedor Brasil Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações – FIP:

6.4.1. Renda Fixa: O Fundo Quaraí – Fundo restrito de Investimentos em Renda Fixa, representa aproximadamente 13,36% do Fundo Garantidor da Entidade. O fundo é composto em sua totalidade por Títulos do Tesouro Nacional, possui ativos considerados “títulos para negociação” (MtM). Já na carteira própria encontram-se as NTN-B’s (Notas do Tesouro Nacional série B) precificadas a vencimento (MtC). Além dos títulos marcados a vencimento, a carteira própria possui parcela dos títulos “para negociação” (MtM). No final do ano de 2023, os títulos alocados em carteira própria representavam 61,79% do Fundo Garantidor.

6.4.2. Multimercado: O Fundo Bahia Jaguarão – é um fundo exclusivo que tem como objetivo uma gestão ativa em relação ao índice IMA-B 5+ e sua representatividade em relação ao Fundo Garantidor é de 5,64%.

6.4.3. Renda Variável: Dadas as circunstâncias que a Fundação Corsan passou após a metade do ano com a troca de controle acionário na patrocinadora CORSAN (privatização), a carteira de

investimentos necessitava de ativos mais líquidos, visando eventuais resgates de participantes que provavelmente iriam se desvincular da Corsan. Diante desse contexto, o Fundo de Fundos (FOF) BV Sinos FI Ações foi liquidado. Dos fundos que o FOF Sinos comportava apenas o fundo Oceana Valor FIC FIA ainda faz parte da carteira de investimentos, por se tratar de um fundo não-exclusivo, composto por ativos expostos à variação de preços de ações de emissão de

Companhias Abertas, que visam a diversificação da estratégia de investimento da Funcorsan. Além do fundo citado anteriormente a Funcorsan possui investimento em índice de mercado, mais conhecidos como ETF (exchange traded fund), que é o ETF Ishares IBOV (BOVA11). O segmento de renda variável em sua totalidade representa cerca de 2,89% do Fundo Garantidor. As alocações em renda variável no exterior, de forma estratégica, foram resgatadas na totalidade no início do ano. Relativa à Renda Variável, a maior parte dos investimentos está alocada nos seguintes setores: Bancos, Serviços Financeiros e Securitizadoras, Saúde, Comércio, Tecnologia da Informação e Construção Civil.

6.4.4. Investimentos Estruturados: O Fundo de Fundos (FOF) Votorantim Uruguai FIC Multimercado comporta cotas dos seguintes fundos: *Legacy Capital II FIC Multimercado*, *JGP Strategy Estruturado FIC FIM*, *Genoa Capital Radar VT FIC Multimercado*, *Kinea Atlas FI Multimercado*, *Kapitalo Zeta FIC Multimercado*, *Clave Alpha Macro II FIC Multimercado*, *Absolute Vertex II FIC Multimercado*, *Ibiuna Hedge ST FP FIC Multimercado* e *Gávea Macro VT FIC Multimercado* - têm como característica a alocação em investimentos que envolvam estratégias globais, principalmente, nos mercados de juros, índices de preços, taxas de câmbio, commodities, ações e derivativos. Estes fundos representam 10,73% do Fundo Garantidor da Entidade. Também está classificado neste segmento de estruturados, o *Empreendedor Brasil Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações – FIP*, representando 0,22% do Fundo Garantidor da Entidade.

6.5. Ativos Por Vencimento

Em dezembro de 2023, a carteira de investimentos da Funcorsan estava assim distribuída com relação ao vencimento:

Valores Expressos em R\$ Mil

Modalidade	Mercado 2023	Mercado 2022
1) Renda Fixa	<u>1.713.332</u>	<u>1.582.790</u>
a) Aplicações em instituições financeiras:	<u>1.713.332</u>	<u>1.582.790</u>
Fundos de Investimentos – Abertos, restritos ou Exclusivos	403.304	365.489
Carteira própria	1.310.028	1.217.301
Sem prazo	<u>68.348</u>	<u>45.815</u>
Operações compromissadas – Adelic	68.348	45.815
Até 30 dias	<u>(26)</u>	<u>(41)</u>
Contas a pagar / Receber / Tesouraria	(26)	(41)
Acima de 90 dias	<u>1.645.009</u>	<u>1.537.016</u>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	1.645.009	1.537.016
2) Renda Variável	<u>61.194</u>	<u>173.525</u>
a) Mercado à Vista	<u>61.194</u>	<u>173.525</u>
Fundos de Investimentos Abertos/Exclusivos	61.194	173.525
Fundos de Investimentos Exclusivos	-	-
3) Investimentos Estruturados	<u>232.250</u>	<u>219.681</u>
a) Fundos de Investimentos	<u>232.250</u>	<u>219.681</u>
Fundos de Investimentos Estruturados	232.250	219.681
Total dos Fundos de Investimentos + carteira própria	<u>2.006.775</u>	<u>1.975.996</u>

6.6. Investimentos em imóveis

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos em imóveis da Funcorsan:

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2023	2022
Investimentos em Imóveis	<u>89.113</u>	<u>77.293</u>
Aluguéis e Renda uso próprio	3.306	2.676
Aluguéis e Renda locados a patrocinador	1.511	2.342
Aluguéis e Renda locados a terceiros	84.736	72.928
Direito em Aliações de Imóveis e Terrenos	6.950	6.903
(-) Perdas Estimadas – Investimento em Imóveis	(7.390)	(7.556)

6.6.1. Reavaliação de imóveis

A reavaliação dos imóveis é realizada anualmente, com reconhecimento pelo valor justo apurado através de laudo de reavaliação. No registro contábil das operações com investimentos em imóveis devem contabilizar o resultado da mensuração dos imóveis pelo valor justo, positivo ou negativo, de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", com base em laudo técnico de avaliação, emitido anualmente". A Funcorsan adota como critério a reavaliação anual ou quando do recebimento de proposta para venda. Demonstramos, no quadro a seguir, as reavaliações reconhecidas no exercício de 2023:

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A PATROCINADORA								
Status ocupação	Quant.	Valor contábil dezembro/2022	* Custo Anterior	Reavaliação Anual 2023	Diferença R\$	Variação %	Valor contábil dezembro/2023	Empresa Reavaliação
Ocupado	1	1.688	957	957	443	46,30 %	1.340	Andrade Lopes Engenharia - CNPJ: 03.074.611/0001-72

LOCADOS USO PRÓPRIO								
Status ocupação	Quant.	Valor contábil dezembro/2022	* Custo Anterior	Reavaliação Anual 2023	Diferença R\$	Variação %	Valor contábil dezembro/2023	Empresa Reavaliação
Ocupado	6	2.642	2.642	3.278	636	24,07%	3.278	Andrade Lopes Engenharia - CNPJ: 03.074.611/0001-72

LOCADOS A TERCEIROS								
Status ocupação	Quant.	Valor contábil dezembro/2022	* Custo Anterior	Reavaliação Anual 2023	Diferença R\$	Variação %	Valor contábil dezembro/2023	Empresa Reavaliação
Desocupado	8	72.437	84.470	84.114	(356)	(0,42%)	84.114	Andrade Lopes Engenharia CNPJ: 03.074.611/0001-72
Ocupado	22							CONENGE - CNPJ: 92.136.704/0001-04

* O custo anterior, mencionado nas tabelas acima, refere-se ao saldo do ano de 2023 e quando necessário atualizado devido avaliação do imóvel no decorrer do ano, geralmente por motivo de oferta de venda do imóvel, no qual necessita de avaliação.

6.6.2. Aluguéis e Renda de Uso próprio

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados para uso próprio. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, atualizados através de reavaliações. Esses imóveis são rentabilizados através de aluguel pelo Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme orientações da legislação aplicável em vigor. No exercício de 2023, o aluguel foi corrigido conforme critério alinhado ao mercado imobiliário com previsões anuais de correção monetária, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Valores Expressos em R\$ Mil

Situação	Aluguéis Locados para Uso próprio			
	2023		2022	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	6	290	6	285
Total	6	290	6	285

6.6.3. Aluguéis e Renda Locados a Patrocinadora

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para a Patrocinadora. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas consoante às normas aplicáveis.

Valores Expressos em R\$ Mil

Situação	Aluguéis Locados para Patrocinadora			
	2023		2022	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	1	106	1	91
Total	1	106	1	91

6.6.4. Aluguéis e Renda para Locados a Terceiros

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para terceiros. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas consoante normas aplicáveis ou, no caso dos imóveis retomados, quando da efetivação do distrato com os compradores.

Valores Expressos em R\$ Mil

Situação	2023		2022	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	22	4.183	20	4.002
Desocupado	8	-	13	-
Total	30	4.183	33	4.002

* A quantidade de imóveis é considerada individualmente. Exceto o conjunto dos 26 apartamentos e 14 boxes que fazem parte do POOL hoteleiro e que estão consolidados e considerados como 1 unidade e os 17 Boxes localizados na Rua Santo Antônio que estão consolidados e considerados como 1 unidade.

6.6.5. Direitos em Alienações de Investimentos

Correspondem às parcelas a receber relativas à venda de imóveis. Os contratos possuem prazos e condições variadas. Incidem sobre esses créditos a atualização monetária, conforme os índices de preços e juros remuneratórios, calculados com base em taxas reais anuais. Parte dos imóveis alienados encontra-se em discussão judicial, os quais geram provisões. A composição da carteira de alienados em 31 de dezembro dos exercícios de 2023 e 2022 é a seguinte:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2023	2022
<u>Direitos em Alienações de Investimentos</u>	<u>6.950</u>	<u>6.903</u>
Alienados	200	153
Contratos em processo judicial - Inadimplentes	6.750	6.750
Depósitos Judiciais	-	-
<u>(-) Provisão para perdas imóveis alienados</u>	<u>(6.750)</u>	<u>(6.750)</u>

A variação evidenciada nas provisões de contratos em processos Judiciais- inadimplentes 2023 corresponde aos provisionamentos de juros e correção monetária dos contratos em inadimplência contabilizados até a data 31/10/2023, onde nesta data foi recomendado pela Auditoria Externa e acatado pela entidade o

seguinte: “as provisões que já alcançaram 100% do valor devido NÃO devem ser atualizadas devido ao efeito econômico ser zero.” Sendo assim, a partir do dia 31/10/2022 o valor está congelado sem reajuste mensal de juros e correção monetária.

Em relação aos Alineados, são consideradas as parcelas a receber, relativas à venda de imóveis, onde os contratos possuem prazos e condições variadas. No exercício de 2023 foi concretizada a venda de 2 (dois) imóveis da carteira sendo a variação apresentada na tabela acima, dá-se ao seguinte acontecimento realizado no exercício 2023:

- **Imóveis localizados na Rua Riachuelo em Porto Alegre:** Conforme contrato de compra e venda, alienação pelo valor de R\$ 380.000,00 mil. No exercício de 2023 dá-se quitado o valor de R\$ 180.000,00 mil, referente ao valor de entrada.

6.7. Empréstimos à participantes

Os empréstimos à participantes são registrados de acordo com os contratos. Os juros e correções são reconhecidos pela competência. Os valores provisionados referem-se aos contratos que estão em cobrança judicial e prestações em atraso.

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2023	2022
<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>27.707</u>	<u>32.558</u>
Empréstimos a receber	27.800	32.746
Inadimplência	620	477
Devedores Judiciais	3.024	2.756
<u>(-) Perdas Estimadas - Empréstimo a Participantes</u>	<u>(3.737)</u>	<u>(3.421)</u>
(-) Provisão Devedores Judiciais *	(3.024)	(2.756)
(-) Provisão Prestações em Atraso **	(713)	(665)

*Corresponde aos contratos sob cobrança judicial.

**Corresponde à observância aos critérios estabelecidos na Resolução PREVIC nº23, de agosto de 2023, pertinentes ao provisionamento das parcelas vencidas e vincendas.

6.8. Investimentos – depósitos judiciais

Registra os depósitos Judiciais/Recursais relativos às contingências dos investimentos

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2023	2022
Depósitos Judiciais/Recursais	3.300	1.584
Depósitos Judiciais/Recursais – Imóveis	257	257
Depósitos Judiciais/Recursais – Empréstimos	1.943	227
Depósitos Judiciais/Recursais - Ativos Financeiros de Crédito Privado	1.100	1.100

6.9. Recursos a Receber – Precatórios

Conforme circular número 19, do dia 17 de outubro de 2022, da PREVIC que liberou o lançamento contábil dos precatórios OFND (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento) que a Fundação obteve direito através do processo número: 5004342- 68.2022.4.02.9388 e, conforme determinação da ATA da DIREX da Funcorsan de número 990/2022 de 24/10/2022, que possuía o valor nominal ajustado até a data de 01 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 16.452 mil, conforme precatório. O valor atualizado em dezembro de 2023 é no montante de R\$ 18.387 mil.

7. CONTINGÊNCIAS

7.1. Passivo Contingencial

O Passivo Contingencial é demonstrado segundo rege a na Resolução PREVIC nº23, de agosto de 2023 e em conformidade à norma contábil NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os Passivos Contingentes são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Assim, a Funcorsan contingencia conforme as probabilidades de perda identificadas:

Provável	Possível	Remota
Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
A provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

As provisões com a classificação de risco de perda “provável” reconheceram os seguintes montantes:

Valores Expressos em R\$ Mil

Área de Atuação	Objeto da Ação	2023		2022	
		R\$	Quantidade	R\$	Quantidade
Direito Cível	Benefícios	9.366	21	9.127	23
Direito do Trabalho	Benefícios	23.393	75	23.670	92
Total Gestão Previdencial		31.759	96	32.797	115
Direito Cível	Investimentos	-	-	72.366	1
Direito Cível	Imóveis	816	4	1.216	5
Direito Cível	Empréstimos	23.109	484	15.123	459
Total Investimentos		23.925	488	88.705	465
Direito do Trabalho	Reclamatória	344	2	329	2
Total Gestão Administrativa		344	2	329	2
Total Exigível Contingencial		56.028	586	121.831	582

7.2. Processos Judiciais – Investimentos

A Fundação transacionou nos autos da Ação Revocatória movida pela Massa Falida de *Confideli Asset Management* Ltda. contra a Fundação e Ação Rescisória movida pela Fundação contra a massa falida. O valor do acordo importou o pagamento da quantia de R\$ 45.968.458,87 (quarenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos), com a total liquidação do passivo relativo aos processos citados. O Valor contingenciado perfazia o montante de R\$ 72.366.414,27 na posição do balanço de 31/12/2022.

7.3. Processos Judiciais – Perdas Possíveis

De natureza cível, trabalhistas e relacionadas ao Plano de Benefícios. Existem diversos processos trabalhistas e relacionados ao Plano nos quais a Funcorsan é parte no polo passivo, para os quais os assessores jurídicos classificam como provável. Estão contabilizados os valores em litígio com a possibilidade de desembolso, e considera os desembolsos incorridos de depósitos judiciais dos processos com classificação de provável perda. Existem ainda processos na esfera cível, vinculados a transações imobiliárias, para os quais a administração da Entidade não mantém expectativa de perdas adicionais àquelas já reconhecidas através das provisões constituídas, conforme legislação vigente. Existem no sistema de controle da área jurídica 555 processos judiciais, que totalizam o montante de R\$ 9.946 mil, com a classificação de risco de perda “possível”, os quais apresentamos classificados por objeto:

Demonstrativo de Quantitativo de Processos Judiciais - Perdas Possíveis		
Natureza	2023	2022
Direito Trabalho	8	6
Direito Cível	547	386
TOTAL	555	392

8. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

8.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas sobre as bases atuariais do mês de novembro de 2023, calculadas com referência em dezembro de 2023. As informações foram apuradas pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, responsável pelo plano atuarial gerido pela Entidade e documentadas no DA - Demonstrativo Atuarial. As Provisões Matemáticas são compostas da seguinte forma:

8.1.1. Benefícios concedidos

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização:** é valor atual dos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, conforme o Plano de Benefício Definido.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados:** refere-se a Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados:** compete a benefícios cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

8.1.2. Benefícios a conceder

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado:** trata-se do valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado:** compreende-se com o valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade; cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

8.1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir:

Conforme Instrução Resolução PREVIC Nº 23, de 14 de agosto de 2023, no exercício de 2023 os contratos com as patrocinadoras que possuíam cláusulas contratuais de reajuste atuarial, foram transferidos para o passivo.

Assim, o passivo atuarial, constituído através das Provisões Matemáticas, é composto da seguinte forma:

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	Exercício 2023	Exercício 2022
Provisões Matemáticas	<u>2.594.173</u>	<u>2.176.284</u>
Benefícios concedidos	<u>2.277.350</u>	<u>2.135.047</u>
<u>Benefícios definido estruturado em regime de capitalização</u>	<u>2.277.350</u>	<u>2.135.047</u>
• Valor atual dos benefícios futuros programados	1.802.156	1.665.496
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	475.194	469.551
Benefícios a conceder	<u>703.759</u>	<u>957.392</u>
<u>Benefícios definido estruturado em regime de capitalização programado</u>	<u>659.191</u>	<u>900.064</u>
• Valor atual dos benefícios futuros programados	972.992	1.308.783
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(153.193)	(199.267)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(160.608)	(209.452)
<u>Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</u>	<u>44.568</u>	<u>57.328</u>
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	72.742	98.626
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(14.087)	(20.649)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(14.087)	(20.649)
(-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(386.936)</u>	<u>(916.155)</u>
<u>Equacionamento de déficit a integralizar</u>	<u>(386.936)</u>	<u>(916.155)</u>
• (-) Patrocinadores (a)	(59.167)	(439.705)
• (-) Participantes (b)	(97.499)	(203.824)
• (-) Assistidos	(233.270)	(272.626)
Observação: a classificação de valores nas provisões matemáticas são conforme critério do Atuário Responsável pelo plano BD 001 (Mirador Assessoria Atuarial Ltda).		

8.2. Equilíbrio técnico

Demonstra o resultado acumulado obtido pelo Plano de Benefício. A rubrica Equilíbrio Técnico apresenta os valores referentes ao superávit/déficit técnico acumulado e a reserva especial para revisão de plano.

No encerramento do exercício de 2023 o Plano BD nº 001 apresenta o Déficit Técnico de R\$ 154.393 mil (R\$ 215.101 mil em 2022), representando 5,95% (9,88% em 2022) em referência as Provisões Matemáticas Constituídas, sem considerar equilíbrio técnico ajustado pela precificação dos ativos.

Valores Expressos em R\$ Mil

Formação do Resultado do Exercício	Exercício	Exercício	Varição
	2023	2022	%
Saldo Anterior Superávit/Déficit Acumulado (a)	(215.101)	(820.143)	(73,77)
Contribuições Patrocinadora e Participantes	544.282	148.603	266,27
Remuneração das Contribuições em Atraso	51	83	(38,55)
Reajustes dos Contratos c/Patrocinadora	1.003	971	3,30
Resultado dos Investimentos	266.682	167.107	59,59
Despesas Previdenciais	(324.635)	(244.576)	32,73
Provisão/Reversão de Contribuições	(850)	(714)	19,05
Contingência Previdencial	(1.631)	(6.095)	(73,24)
Provisões Matemáticas	(417.889)	546.383	(176,48)
Custeio Previdencial - Cobertura de Despesas Administrativas	(6.305)	(6.720)	(6,18)
Total da Variação no Exercício (b)	60.708	605.042	(89,97)
Saldo Superávit/Déficit Acumulado (a + b)	(154.393)	(215.101)	(28,22)

9. FUNDOS

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados a suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Funcorsan:

- a) **Fundo Administrativo** – é formado pelo resultado entre valores recebidos para o custeio administrativo da Funcorsan, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas. O resultado do Fundo Administrativo constituiu o montante de R\$ 1.820 mil. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 14.387 mil (R\$ 12.698 mil em 2022), sendo que deste montante foi constituído R\$ 776 mil de Fundo Administrativo Compartilhado, conforme legislação vigente.
- b) **Fundo para Garantia das Operações com Participantes** – é formado pela taxa de quitação por morte sobre os empréstimos concedidos pela Funcorsan, destinado a quitação de saldo devedor de empréstimo pela eventualidade de falecimento do mutuário. No exercício de 2023 as Operações com Participantes reverteram R\$ 67 mil de Fundo para Garantia das Operações com Participantes. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 313 mil (R\$ 380 mil em 2022).

10. IMPACTO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL NO RESULTADO

10.1. Regimes e métodos atuariais

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento (também conhecidos como métodos atuariais) foram mantidos os mesmos da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício anterior e estão adequados às características do plano de benefícios, bem como atendem às exigências previstas na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, conforme apresentados na tabela abaixo, por benefício.

Benefício	Regime financeiro	Método de financiamento
Aposentadoria por Idade	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria Especial	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria por Tempo de Contribuição de Pessoa com Deficiência	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Pensão por Morte	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Benefício Proporcional Diferido - BPD	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Auxílio Doença	Repartição de Capitais de Cobertura	Não Aplicável
Auxílio Reclusão	Repartição de Capitais de Cobertura	Não Aplicável
Pecúlio por Morte	Repartição Simples	Não Aplicável

Em função da implementação do PED 2021 e da alteração regulamentar correspondente, o Plano de Benefícios foi fechado em 07/2023 para o ingresso de novos participantes (entrantes). Desta forma, em virtude do recente processo de privatização da patrocinadora principal (CORSAN), recomenda-se que método de financiamento atualmente utilizado (Crédito Unitário Projetado) seja mantido para o exercício de 2024, tendo em vista a perspectiva de possível adoção de nova estratégia previdencial no Plano de Benefícios (saldamento, migração ou retirada de patrocínio). A reavaliação técnica a respeito da manutenção ou alteração do método de financiamento deverá ser realizada anualmente, a cada avaliação atuarial.

10.2. Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2023

A definição da Taxa de Juros Atuarial está baseando nos estudos técnicos da convergência da hipótese financeira de Taxa de Juros Real Anual, em atendimento ao Capítulo III da Resolução CNPC nº 30/2018, em conformidade com Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023. Os estudos visam demonstrar a convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual de acordo com a projeção para as aplicações dos recursos garantidores vinculados aos benefícios a conceder e concedidos que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente e, de forma a assegurar a concessão e manutenção dos benefícios concedidos. Em decorrência do alinhamento da Política de Investimentos da Entidade com a macro alocação de ativos indicada pelo estudo da rentabilidade da carteira de investimentos do Plano, restou demonstrada a possibilidade técnica e legal de manutenção de Taxa de Juros Real Anual 4,74% a. a. ou adoção de premissa compreendida no intervalo de 3,25% a.a. e 5,04% a.a. uma vez que o resultado da TIR do Passivo 5,09% a.a. apurado no estudo é superior ao limite máximo legal de 5,04% a.a., conforme disposto na Portaria Previc nº 373 2022. a Entidade optou para manter a taxa de 4,74% a.a.

10.3. Impactos Apurados na Avaliação Atuarial no Patrimônio

Com base em estudos econômicos e atuariais realizados durante o ano de 2023, com a taxa de juros de 4,74% (4,74% em 2022) e reconhecimento de equacionamento do déficit de 2021.

Diante disso, apresentamos quadro que sintetiza o impacto da Avaliação Atuarial nas Provisões Matemáticas do Plano da Funcorsan:

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	Exercício 2023	Exercício 2022	Varição %
Patrimônio de Cobertura do Plano	<u>2.439.780</u>	<u>1.961.183</u>	<u>24,40</u>
Provisões Matemáticas	<u>2.594.173</u>	<u>2.176.284</u>	<u>19,20</u>
Benefícios concedidos	2.277.350	2.135.047	6,67
Benefícios a conceder	703.759	957.392	(26,49)
(-) Provisões matemáticas a constituir	(386.936)	(916.155)	(57,77)
Equilíbrio Técnico - Déficit Acumulado	<u>(154.393)</u>	<u>(215.101)</u>	<u>(28,22)</u>

As variações das Provisões Matemáticas em 2023 culminaram na elevação de 24,40% das provisões totais do Plano, comparativamente ao exercício de 2022, em análise:

- a. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2023, R\$ 2.277.350 mil, representando um aumento de 6,67% comparativamente ao montante de R\$ 2.135.047 mil apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2022.
- b. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder em 31/12/2023, R\$ 703.759 mil, representando uma redução de 26,49% comparativamente ao montante de R\$ 957.392 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2022.
- c. As Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2023, R\$ 386.936 mil, representando uma variação negativa de 57,77% comparativamente ao montante de R\$ 916.155 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2022, relevantemente afetada pelo reconhecimento do equacionamento de déficit de 2021.
- d. O déficit técnico do Plano foi revertido em 28,22%, passando para o montante de R\$ 154.393 mil em 31/12/2023, dos R\$ 215.101 mil reconhecidos no exercício de 2021 – devido ao reconhecimento do Equacionamento de déficit de 2021, no exercício de 2023
- e. A rentabilidade Global do Plano auferida no exercício de 2023 foi de 17,20%, sendo a taxa de juros de 4,74% e a meta atuarial no período foi de 8,63%. O retorno dos Investimentos ao longo do exercício de 2023 foi equivalente a 99,30% da meta atuarial.

11. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS – APURAÇÃO DE RESULTADOS E SOLVÊNCIA

A Funcorsan efetuou o procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. A taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial em 2023 é 4,74%.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial).

Para fins de controle e acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2023, demonstramos as informações necessárias:

Valores Expressos em R\$ Mil

Cálculo de Duração do Passivo e Ajuste de Precificação - Previc			
Cálculo ajuste NTN-B e NTN-C			
Dados para cálculo			
Data da Carteira:	31/12/2023		
Taxa de Juros Real Anual	4,74		
Posição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Total	1.173.487	1.384.443	210.956
Análise das Durações	Art. 9º, inciso V, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
Requisito atendido			
Duração do passivo	13,7718		
Duração dos títulos	12,7213		
Análise dos VP	Art. 9º, inciso III e IV, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
Requisito atendido			

A *duration* do passivo do Plano BD nº 001 da Funcorsan é de 13,7718 anos em 2023. Com isso, a zona de equilíbrio para o déficit técnico é 9,7718%.

O valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 210.956 mil foi destinado ao equacionamento do déficit e contribuiu para o Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado no item “5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB. O equilíbrio técnico ajustado acumulado do Plano BD nº 001 da Funcorsan, bem como o índice de Solvência, está a seguir demonstrado:

Valores Expressos em R\$ Mil

Apuração de Resultados - Superávit / Déficit Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado – 2023	
A) Cálculo dos Limites	
1) Saldo Provisões Matemáticas (conta 2.3.1.1)	2.594.173
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	9,7718%
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que pode permanecer ((1) *(2.1)) *-1	(253.497)
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
3) Equilíbrio Técnico Contábil (conta 2.3.1.2)	(154.393)
4) Ajuste de Precificação Positivo	210.956
5) = (3) + (4) Equilíbrio Técnico Ajustado	56.563
6) = (5) / (1) x 100 = Índice de solvência	2,18%

Conforme observado, no demonstrativo, o Plano de Benefícios BD nº 001 encerrou o exercício de 2023 com Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$ 59.563 mil, o que refletindo um índice de solvência de positivo de 2,18%, abaixo ao limite de 9,7718% (negativo) da zona de equilíbrio mínima.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018 não é obrigatória a elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2023 pois o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário foi de R\$ 56.563 mil, portanto inferior ao montante negativo de R\$ 253.497 mil que corresponde a 9,7718% do valor das Provisões Matemáticas do plano em 31 de dezembro de 2023.

Evidenciamos que no exercício de 2023 o Plano de Benefícios BD 01, mantém o patrimônio em equilíbrio técnico, isto é, não há necessidade de equacionamento do plano de benefícios.

FUNDAÇÃO CORSAN
DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.

Homero José Batista	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretor Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Previdência	Contador CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 310.106.520-87	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CPF: 653.122.870-91